

O Estatuto Científico da Psicanálise (1)

MICHEL LEGRAND (*)

A psicanálise é científica? Tal é a questão que eu gostaria de levantar aqui perante vós, não certamente na vã esperança de fornecer a solução, mas na esperança mais modesta de clarificar algumas vias possíveis para uma abordagem desta questão.

A) NATUREZA DA CIÊNCIA EMPÍRICA

Mas o que é a ciência? Já a própria possibilidade de definir a ciência em geral, se confronta com uma objecção de princípio. De facto, pode ser que apenas existam prá-

ticas científicas distintas umas das outras, e igualmente também que estas práticas científicas distintas não tenham outra unidade senão aquela que lhes conferiria o que Wittgenstein chama uma «parecença de família»: não seriam unificados por qualquer essência interior; a natureza dispersa da ciência repugnaria a toda a apropriação de essência (2).

1. Duas definições

Mas a epistemologia — e eu entendo por epistemologia, segundo um uso largamente admitido nos países de língua francesa, a teoria do conhecimento científico — arrisca-se à definição, ou antes, às definições.

Efectivamente a epistemologia não chegou a uma definição comumente aceite da ciência, antes produziu definições antagónicas da ciência. Começarei aqui por formular e examinar precisamente duas definições. Em boa verdade estas duas defi-

(1) Este texto foi apresentado por nós numa conferência em Nancy, a 23-2-1973, por ocasião da retrospectiva Sigmund Freud que o Goethe-Institut e o Département des Sciences Humaines do Centre Européen Universitaire organizaram conjuntamente. Este texto resume certas perspectivas abertas pela nossa tese de doutoramento, defendida a 10-7-1972 perante um júri da Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade de Lovaina e intitulada: «Psychanalyse, Schicksalanalyse et épistémologie». Pensamos publicar ulteriormente, sob forma de livro ou de artigos, mais longos e mais detalhados desenvolvimentos, retomando os mesmos temas.

Entretanto acrescentamos algumas notas que dão sequência ao texto propriamente dito e que explicitam algumas das nossas referências.

(*) Professor na Universidade de Lovaina.

(2) Acerca da noção «parecença de família», cf. L. Wittgenstein *Philosophische Untersuchungen, Philosophical Investigations*, Oxford, Basil Blackwell, § 66 e 67, pp. 31-32; trad. franc. em *Tractatus logico-philosophicus*, seguido de *Investigations philosophiques*; Gallimard, pp. 147-148.

nições não são novas, e, sem dúvida, uma investigação minuciosa faria emergir os seus traços através da já longa história da teoria filosófica do conhecimento. Entretanto elas encontraram também uma expressão mais recente nas obras contemporâneas sobre as quais me permitirei fundamentar a minha proposta de reflexão. Acrescentarei também que os trabalhos dos epistemólogos nasceram frequentemente a partir da preocupação de demarcar a ciência relativamente a outros modos de conhecimento, de modo que estas duas definições de que estamos a falar serão igualmente apresentadas sob a forma de critérios de demarcação.

a) *A definição empiricista* — A primeira definição de ciência — e eu explicito desde já que me interessarei exclusivamente pela ciência empírica, isto é, pela ciência que pretende dizer alguma coisa do real — tem como preocupação demarcar ou diferenciar a ciência da metafísica. Ela recebeu uma formulação particularmente vigorosa na corrente neo-positivista da filosofia das ciências, que se desenvolve em Viena nos anos trinta, para se continuar em seguida aos Estados Unidos depois da emigração dos seus principais representantes. Segundo os teóricos do neo-positivismo original, um enunciado científico é um enunciado «verificável», quer dizer, susceptível em princípio, de uma completa verificação pela evidência da observação⁽³⁾.

(3) É na realidade um critério do sentido (cognitivo) dos enunciados que os neo-positivistas se esforçaram por definir. Mas era igualmente evidente ser o enunciado científico por excelência, dotado de sentido, de modo que o critério de significação devia permitir destrinçar entre enunciados científicos e enunciados metafísicos. Sobre a história do critério empirista de significação cf. C. G. Hempel, «Problems and changes in the empiricist criterion of meaning, dans *Revue Internationale de Philosophie*, 1950, vol. IV, n.º 11, pp. 41-63.

Este critério de verificabilidade encontrou imediatamente um tenaz opositor na pessoa de Karl Popper⁽⁴⁾. Não se pode sustentar, diz Popper, que, para ter direito ao título de científico, um enunciado deva necessariamente ser verificável. Até porque os enunciados científicos mais importantes, a saber, ainda segundo Popper, os enunciados teóricos estritamente universais, são empiricamente inverificáveis. Donde, é para um critério de falsificabilidade que nos devemos voltar, argumenta Popper, se quisermos, pelo menos, demarcar a ciência empírica da metafísica: a ciência seria um corpo de proposições susceptíveis de uma falsificação empírica. Mas a paixão investida num debate hoje clássico não nos deve iludir. Por detrás da polémica de superfície é o mesmo critério fundamental de cientificidade que na realidade se perfila.

Para os neo-positivistas como para Popper, uma ciência empírica é um sistema de proporções que deve poder ser submetida de maneira clara e não equívoca ao veredicto da experiência: devem poder ser produzidas situações observáveis, que confirmarão ou corroborarão provisoriamente ou pelo contrário infirmarão, invalidarão ou falsificarão o sistema de proposições científicas. Os desenvolvimentos ulteriores da epistemologia anglo-saxónica, reassumindo as contribuições originais dos neo-positivistas vienenses e de K. Popper, deram lugar, com Feigl, Nagel, Hempel, a uma doutrina oficial da ciência⁽⁵⁾, mais sofisticada talvez, mas de qualquer modo sempre agarrada ao critério de uma validação empírica estrita e não ambígua das proposições científicas. Um corpo de proposições científicas comportaria de certo modo três níveis: um nível

(4) Referimo-nos à obra de K. Popper, *The logic of scientific discovery* (trad. inglesa de *Logik der Forschung*, 1934), Hutchinson & C.ª, 1968.

(5) O tratado mais exaustivo é o de E. Nagel, *The structure of science*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1961.

teórico, em primeiro lugar, composto de termos teóricos, ou seja, de termos que não se relacionam com dados empíricos observáveis; em seguida um nível empírico, composto de termos empíricos susceptíveis de serem postos em relação directa com situações observáveis; por último, um nível intermediário que articula os níveis teórico e empírico, através de regras de correspondência que instaurem uma relação precisa e não equívoca entre os termos teóricos e os empíricos, de modo que, por acção desta conexão, a componente teórica do sistema possa indirectamente ser posta em condições de adequação ao real observável. A teoria é assim parte constitutiva legítima da ciência, com a condição, porém, de ela se prestar, por via das regras de correspondência, a uma confirmação ou a uma infirmação empírica não ambígua.

No termo deste breve desenvolvimento histórico, nós pensamos poder dizer que uma das correntes importantes da epistemologia contemporânea, que poderíamos chamar empiricista, julgou descobrir, numa relação precisa e não equívoca à experiência um critério satisfatório de cientificidade.

b) *A definição teorcionista* — A segunda definição de ciência que eu gostaria de evocar encontrou uma formulação interessante em alguns trabalhos recentes que se situam no contexto do pensamento marxista, se bem que, por outro lado, ela tenha correspondências até na epistemologia anglo-saxónica mais recente.

Neste caso a figura de espantinho não é desempenhada pela metafísica mas pela ideologia. Entende-se por ideologia aquele conjunto de representações que toda a sociedade segrega e através da qual os homens vivem e pensam espontaneamente as suas relações com as condições de existência. Nesta perspectiva, a ideologia teria uma função práctico-social de reprodução das relações sociais de produção, que ela desempenharia por acção de um efeito específico

de logro ou de ignorância: ela reduplicaria as diferenças ou contradições de classe dentro de uma ordem social apresentada como autónoma ou absoluta e assim justificaria os lugares que os homens ocupam por imposição da organização social. Quanto à ciência, esta constituir-se-ia em ruptura com a ideologia, pela produção de um sistema de conceitos teóricos irreductíveis a toda a apreensão empírica imediata. Neste caso, os conceitos científicos não seriam puros e simples decalques da realidade exterior, mas, ao invés, os factos da realidade empírica seriam postos a claro e interpretados à luz da actividade conceptual do homem de ciência⁽⁶⁾.

Esta formulação da natureza do processo científico e da sua diferença com a ideologia, que eu tirei de Althusser, tem afinidades com a epistemologia anglo-saxónica, já o dissemos atrás, e em particular com a obra de um importante epistemólogo, Feyerabend⁽⁷⁾. A obra de Feyerabend procede de uma crítica da teoria epistemológica tradicional dos termos empíricos. É errado crer, pensa Feyerabend, que o sentido dos termos empíricos é dado pela realidade exterior, oferecida à sensação; é antes a linguagem científica total, e em particular os conceitos teóricos inerentes a esta linguagem, que fixa o sentido dos termos empíricos da ciência. E, desde logo, é absolutamente vão esperar que uma teoria possa ser infirmada pela sua confrontação com os factos, pois que o próprio sentido dos termos que exprimem os factos na linguagem científica é fixada pela teoria: uma teoria não tem em conta senão os factos que ela é susceptível de incorporar ou integrar. E consequentemente, só a acti-

(6) Referimo-nos a L. Althusser e às suas duas obras principais: *Pour Marx*, Maspero 1965, e *Lire le Capital*, Maspero, 1965, I e II.

(7) Cf. em particular P. Feyerabend, *Problems of empiricism*, em R. G. Colodny, *Beyond the edge of certainty*, Prentice-Hall, Englewood-Cliffs, 1965, pp. 145-260.

vidade ligada à invenção de novas teorias permitirá à ciência avançar ou progredir.

Vemos agora então, no final deste segundo desenvolvimento, que outros epistemólogos, que nós chamaremos teoricistas, têm procurado, do lado da prática científica conceptual, um critério da essência da cientificidade.

c) *Dificuldades* — As duas definições de ciência que aqui esquematizei parecem-me confrontar-se, cada uma delas, com dificuldades consideráveis. Eu estaria tentado a virá-las, uma contra a outra, e sustentar que se a primeira falha ao demarcar a ciência da ideologia, a segunda é impotente para diferenciar a ciência da metafísica.

Antes de mais, uma definição empírica da ciência falharia ao demarcar a ciência da ideologia. Com efeito, tudo indica que a articulação precisa de um processo de investigação sobre a experiência empírica imediata não preserva este processo dos efeitos de ilusão ideológica, mas o expõe ainda mais a ela. Uma vez que esta articulação, armada dos instrumentos mais precisos da observação dita científica, é a própria via seguida pela ideologia para impor a pseudo-evidência de representações, tanto mais fortalecidas, quanto se obrigam de agora em diante sob o prestígio falacioso da cientificidade.

Eu tenho em vista, por exemplo, certas práticas psicológicas, ditas psicométricas, que pretendem medir, com a ajuda de instrumentos empiricamente validados, as aptidões intelectuais, e se apresentam desde logo como guias racionais e objectivos da orientação e da selecção escolares e profissionais. Ora, na medida em que estes instrumentos científicos chamados testes, se encontram eles próprios validados segundo os critérios da prática escolar e profissional, eles não têm outra significação do que reforçar as irregularidades que as práticas sociais instauram. Só que escondem e justificam esses mesmos critérios, numa ordem que tem a

si própria como fundamento, ou seja, a ordem das aptidões psicológicas⁽⁸⁾.

O critério de uma referência clara e precisa ao real empírico observável não parece pois poder ser tido, ele só, como critério satisfatório de cientificidade. Mas o critério que a nossa segunda definição de ciência introduz, não é, sem dúvida mais adequado. Ele falha, dizia eu, ao diferenciar a ciência de um processo propriamente especulativo, filosófico ou metafísico.

Esta reprovação tem sempre caído sobre a epistemologia teoricista. Aceitar a ideia segundo a qual a ciência seria antes de tudo uma prática teórica, produtora de conceitos próprios a interpretar o real, não seria já cair sob a alçada do dogmatismo⁽⁹⁾. Não seria nesse caso autorizar que de ora em diante se mantenham os discursos teóricos mais incontrolláveis, justificados pela tranquilidade segurança de não ser obnubilado pelas ideologias que mistificam os outros, justificados pela certeza íntima de ter entrado sozinho e de uma vez por todas no reino da cientificidade? Uma crítica da mesma ordem foi dirigida a Feyerabend.

Se o sentido dos termos empíricos é fixado apenas pela teoria, então «cada teoria possuirá a sua própria experiência, e não haverá interligação entre as diversas experiências»⁽¹⁰⁾. Deste modo caminhamos, escreve um crítico a Feyerabend, «para um com-

(8) Mesmo se ela não esgota a questão esta crítica clássica dos testes psicológicos é fundamental. Para uma breve resenha do assunto, conferir o nosso artigo: «Teoria genética e validação do teste de Szondi», na *Revue de Psychologie et des Sciences de l'éducation*, 1971, pp. 533-535.

(9) Frequentes vezes Althusser tem sido criticado por negligenciar a componente empírica da ciência. Cf., por ex., P. Thuillier, *Sócrates funcionário*, Libertés, 87, Robert Laffont, 1970, pp. 169-170; e J. Deprun, «Existe uma prática teórica?», em *Structuralisme et marxisme*, 1970, n.º 485-486, pp. 74 e 77-78, «10/18».

(10) P. Feyerabend, *op. cit.*, p. 214.

pleto relativismo, no qual se torna impossível comparar duas teorias científicas e escolher entre elas sobre outras bases, senão as puramente subjectivas» (11).

2. *Uma terceira via: a instrumentação e a história científica*

Eis-nos no mais vivo embaraço. A ciência não seria então nem essencialmente uma prática articulada sobre a observação clara e não ambígua do real empírico, nem uma prática teórica produtora de conceitos. Haveria então uma terceira via? Pessoalmente inclino-me para aí.

Anotemos primeiramente que as duas teorias da ciência que aqui evoquei partilham de um pressuposto, uma ideia segundo a qual a ciência tem um núcleo, um coração, um centro organizador, ou então que é um organismo pleno, um sistema de um só bloco, em que uma das componentes, essencial, exerce um controlo sempre adequado sobre uma componente não essencial. Quer isto dizer que todos os factos conhecidos e inventariados sustentam um edifício teórico provisório ou então que uma teoria cobre e torna inteligíveis todos os factos que ela constitui ou faz emergir. Um tal pressuposto torna inconcebível a história das teorias científicas, a não ser sob a forma de uma história descontínua que procede por saltos bruscos e irracionais, escalonada pelas descobertas empíricas factuais de observadores talentosos, ou pelas invenções teóricas especulativas de criadores geniais e oportunamente dotados pela natureza. Por outro lado, o mesmo pressuposto passa em silêncio, ou em qualquer caso reduz aquilo que aparece como uma componente da ciência, no meu entender, original, a qual nem é pura teoria nem pura experimentação — estou a falar da instrumentação cientí-

fica — que se encontra definida por uns como extensão dos nossos meios de observação, e pelos outros como materialização de uma teoria.

Na sequência destas observações, poderia ser formulada uma epistemologia diferente, a que se reclamaria de nomes tão diferentes como Bachelard e T. S. Kuhn, e que seria sem dúvida mais congénita ao materialismo histórico do que aquela que Althusser tinha julgado, por bem, promover.

De Bachelard (12) nós retemos a ideia segundo a qual a ciência institui uma actividade fenomenotécnica, que substitui o domínio mediato do «trabalhado» segundo a polaridade estática do lado empírico percebido e recebido, e da teoria pensada e construída. Estes dois termos, até ao presente pensados como exteriores um ou outro e empenhados num combate de prioridade, acabam por se interpenetrar, se intermutar, entrar, enfim, em dialéctica. Isto porque, por um lado, a ciência, em função da sua actividade instrumental mediadora, constrói um dado, promove à existência fenómenos que não existem, naturalmente, na natureza. Mas por outro lado, a ciência recebe um constructo: depois de promovido à existência, o constructo em que uma teoria pretende inscrever-se ou materializar-se, vive da sua própria vida; torna-se, em seguida, possuidor de um saber em sentido prático, para, numa segunda fase, retornando à teoria constituída, ameaçar os próprios fundamentos desta.

Sobre este ponto, deparamos com a obra de T. S. Kuhn, recentemente traduzida, mas

(12) Nós teríamos que citar aqui a maioria das grandes obras epistemológicas de Bachelard. Indicamos apenas aquelas às quais fomos buscar directamente as nossas formulações: *Le nouvel esprit scientifique* (1934), P. U. F., 10.ª edição, 1968, pp. 12-13; *Le rationalisme appliqué* (1949), P. U. F., 2.ª edição, 1962, p. 137; *L'activité rationaliste de la physique contemporaine* (1951), P. U. F., 2.ª edição, 1965, pp. 3-4; *Le matérialisme rationnel* (1953), P. U. F., 2.ª edição, 1963, p. 197.

(11) W. R. Shea, «Beyond logical empiricism», em *Dialogue*, 1971, X, p. 235.

ainda mal conhecida em França. Esta obra, se for articulada sobre o tema bachelardiano, e com maioria de razão, marxista, da ciência como trabalho, poderia ser elevada acima dela própria.

O que Kuhn nos propõe, no seu trabalho de 1962 acerca da «Estrutura das Revoluções Científicas»⁽¹³⁾, é uma epistemologia histórica, que se recusa a considerar como exteriores uma à outra, a natureza da ciência e a história da ciência. Segundo Kuhn, a história da ciência é marcada pela alternância de longos períodos de actividade científica dita normal, no decurso dos quais a investigação científica é organizada em torno de «paradigmas» dominantes, e de períodos mais curtos de crise ou de revolução, graças aos quais emerge um paradigma inédito, ele próprio origem de uma nova era de investigação normal.

O interesse deste trabalho parece-me estar nas possibilidades que ele oferece de pensar conjuntamente a inércia e o movimento da ciência. Precisemos desde já que a ciência, na sua própria actividade normal, se encontra constantemente afrontada com problemas que, no imediato ela não resolve, e com factos que lhe resistem e lhe lançam um desafio.

A ciência, falando de uma maneira corrente, não anda sempre bem. É de resto daí que Kuhn parte para rejeitar o critério de falsificabilidade de Popper, pois, escreve ele, se o fracasso em adoptar uma teoria aos factos fosse o fundamento da rejeição das teorias, então todas as teorias deveriam ser sempre rejeitadas⁽¹⁴⁾. Uma teoria subsistirá tanto tempo quanto ela conseguir, satisfatoriamente, colmatar as brechas que se abrem continuamente sob os seus passos.

(13) T. S. Kuhn, «The structure of scientific revolutions», em *Foundations of the Unity of Science*, vol. II, n.º 2, 1962 (2.ª edição, 1970). The University of Chicago Press, trad. francesa, Paris, Flammarion, 1972.

(14) Cf. T. S. Kuhn, *op. cit.*, 2.ª edição, p. 146 (trad. francesa, p. 176).

Mas no dia em que os obstáculos que ela encontra se revelarem mais resistentes, em que os factos contrários se apresentarem como anomalias insuperáveis, segundo a expressão de Kuhn, então abrir-se-á um período de crise, e desenvolver-se-ão tentativas desordenadas e anárquicas, até que uma teoria inédita, iniciadora de um novo paradigma, acabe por suplantar estas dificuldades.

Mas, porquê então, esta estrutura particular da história científica? Porquê estes longos períodos de inércia que conduzem o cientista para uma actividade incessante de resolução de problemas? E porquê estes momentos privilegiados de crise que o forçam a pôr em causa o quadro de referência que julgava presunçosamente adquirido? É aqui que o recurso àquilo que Bachelard chama de fenomenotécnica poderia talvez revelar-se de alguma utilidade. Segundo uma indicação do próprio Kuhn, a instrumentação complicada que todo o paradigma comporta seria o fundamento da inércia de ciência, e isso pela restrição enorme do campo de visão que esta instrumentação implica, mas ao mesmo tempo seria ela também a tornar possível a descoberta das anomalias, uma vez que, escreve Kuhn, «sem a aparelhagem especial construída sobretudo em vista dos resultados esperados, os resultados que conduzem finalmente à descoberta de uma nova problemática, não poderiam chegar a manifestar-se»⁽¹⁵⁾. Portanto, é também porque a ciência se constituiria em paradigmas conservadores, concretizados sob a forma de instrumentos, que a ciência teria possibilidade de evoluir. «Esta actividade tradicional que constitui a ciência» sustenta Kuhn desde logo, «prepara perfeitamente a via da sua própria transformação»⁽¹⁶⁾.

(15) T. S. Kuhn, *op. cit.*, p. 65 (tradução francesa, p. 85).

(16) T. S. Kuhn, *op. cit.*, p. 65 (trad. francesa, p. 86).

No termo desta longa discussão, arriscaremos, então, uma terceira definição de ciência, que explicitaremos como segue: a ciência é uma actividade que articula dialecticamente teoria e experimentação, pela acção de uma fenomenotécnica, ou ainda, de uma instrumentação mediadora, e assim tende, ao mesmo tempo, a conservar-se e a transformar-se.

B) PSICANÁLISE E CIENTIFICIDADE

Após este longo preâmbulo epistemológico que me parecia útil, necessário mesmo, chegamos à questão da psicanálise. O método mais simples que se nos oferece, na sequência destes preliminares epistemológicos, é certamente examinar o modo como as três teorias formuladas se colocaram o problema da cientificidade da psicanálise. Vós compreendereis e permitireis, sem dúvida, que, no decurso deste exame crítico eu privilegie e adopte como pólo de referência, esta teoria da ciência que o estado actual da minha reflexão epistemológica me conduz a defender.

1. *A crítica empirista*

Os epistemólogos empiristas foram invariavelmente críticos para com a psicanálise. Não, a psicanálise não pode ser uma ciência, em resumo foi o que responderam. Nagel, num artigo de 1959⁽¹⁷⁾, formulou, de um modo peremptório e desde então não igualado, a crítica empirista. Quais são os argumentos de Nagel? Assumindo o critério positivista Nagel postula que a psicanálise não poderá reclamar o estatuto de ciência a menos que seja susceptível de uma valida-

ção empírica. Ora, para ser susceptível de uma validação empírica, uma teoria deve obedecer a duas exigências. De uma parte ela deve estar articulada sob a forma de um sistema coerente de proposições, sem o que nós nunca poderíamos estar certos de que as proposições submetidas a uma verificação empírica são deduzidas da teoria e portanto compromete indiscutivelmente a autoridade desta. De outra parte, pelo menos alguns termos da teoria devem estar associados, de maneira clara e não equívoca, a termos empíricos, sem o que nós não poderíamos deduzir da teoria, proposições empiricamente testáveis. Ora, acrescenta Nagel após um breve exame, a psicanálise não obedece a nenhum destes dois critérios, nem ao critério da coerência teórica, nem ao critério de referência empírica: deste modo não é possível determinar com precisão que situações observáveis refutariam decisivamente a teoria psicanalítica e portanto esta última não pode ser tida como científica.

Esta crítica severa impressionou de tal maneira muitos autores que alguns deles abandonaram sobre este ponto a questão. Ricoeur, por exemplo, no seu «Ensaio sobre Freud»⁽¹⁸⁾, tira pretexto da crítica de Nagel para negar a inclusão da psicanálise no domínio das ciências empíricas, e para promover ao mesmo tempo o conceito híbrido de ciência hermenêutica. Eu creio que isso é andar depressa demais, é avaliar, sem combate, a concepção empirista de ciência, é deixar prematuramente, fora de todo o combate fundamental o terreno da epistemologia.

Pela minha parte, e estando muito embora consciente das incertezas das minhas formulações, eu arrisco-me a afirmar a inadequação da teoria epistemológica de Nagel. Segundo Nagel, uma teoria científica, a todo o momento da sua história, deveria ser formulada como um sistema hipotético-dedu-

⁽¹⁷⁾ E. Nagel, «Methodological issues in psychoanalytic theory», in S. Hook ed., *Psychoanalysis, scientific method and philosophy*, New York University Press, 1959, pp. 38-56.

⁽¹⁸⁾ P. Ricoeur, *De l'interprétation*, Éditions du Seuil, 1965, cf. em particular pp. 338-366.

tivo, e além disso processos experimentais precisos deveriam ser associados a algumas proposições indiscutivelmente derivadas do sistema, de modo que o cientista estivesse em posição de afirmar: «se eu observo tal ou tal situação determinada, eu saberei a partir disso que a minha teoria é falsa, sem recurso, e terei de a abandonar». Ora, não me parece descabido afirmar que estas exigências de Nagel não são só exageradas, mas sobretudo são inapropriadas para abarcar o movimento da prática científica concreta. Voltemos então às duas exigências formuladas por Nagel e em primeiro lugar à exigência de coerência teórica. Que uma prática científica tende para o rigor e para a precisão conceptuais, nada é mais seguro, e a psicanálise não foi, creio eu, sistematicamente deficiente neste plano, conforme se prova com a obra de Freud, cuja probidade intelectual e a clareza conceptual são sem dúvida, inigualáveis em psicanálise. Mas que uma teoria científica deva necessariamente apresentar-se sob a forma de um sistema hipotético-dedutivo, nada, pelo contrário, é menos evidente. A formulação hipotético-dedutiva seria, quando muito, um coroa-mento, um acabamento, que apenas as ciências mais avançadas estariam em condições de reivindicar. Mas, por outro lado, podemos-nos legitimamente interrogar se a formulação hipotético-dedutiva não pertence antes às margens da actividade científica viva: mais do que um empreendimento justificado pelo movimento da ciência na sua marcha para diante, tratar-se-ia de uma produção escolar, depositada nos manuais e destinada mais à reprodução e à autoconservação das teorias do que à transformação criadora. Em seguida abordemos a exigência de referência empírica. Não é certo e seguro que uma teoria científica possa designar, com toda a clareza e a todo o momento, os factos que a refutam. Reclamando-me de Kuhn, eu teria tendência a pensar que os homens de ciência não orientam as suas actividades na direcção de uma falsifiabilidade

da sua teoria, mas antes, que têm a preocupação primordial de efectuar descobertas empíricas, de resolver problemas à luz de uma teoria, não sendo a sua maior preocupação a de questionar essa mesma teoria enquanto tal. Também é certo que, no decorrer desta actividade de investigação, eles encontram factos que não tinham previsto e que solicitam a sua teoria de referência. Só que, é plausível crer que conservarão a teoria nas suas componentes essenciais com reformulações parciais, sem a abandonar à primeira dificuldade. Toda a teoria tende a conservar-se, escudando-se nos seus antigos méritos, nos imensos serviços que ela já prestou à ciência. Quer isto dizer que toda a teoria está definitivamente acabada desde a sua criação? Não com certeza. Mas os factos que demonstrarão a sua falsidade e que exigirão a sua ultrapassagem, aquilo que Kuhn chama de anomalias, não podem ser previstos; eles não se manifestam, efectivamente, fora dos períodos de crise e não são verdadeiramente conhecidos senão no momento em que a teoria que eles infirmam já está ultrapassada e em que uma outra teoria os seriou e explicou. Vê-se assim que a concepção da ciência que eu defendo não subtrai a teoria científica ao veredicto da experiência. Há certamente uma verdade irrecusável do empirismo epistemológico, mas está fora de dúvida que seja o empirismo e o positivismo a deter essa mesma verdade; com efeito os factos que podem revelar a falsidade de uma teoria não são conhecidos e seriados a todo o momento, antes porém, são descobertos e, num certo sentido, produzidos pela actividade científica, em certos momentos privilegiados, e não previsíveis, do devir histórico de uma investigação científica.

2. *A valorização teorcionista*

Se a psicanálise foi invariavelmente objecto de duras críticas da parte dos empiristas

— já vimos também a possibilidade de as ultrapassar —, ao invés a mesma psicanálise tem frequentemente obtido as boas graças dos teoricistas que, em lugar de estigmatizar as suas deficiências gritantes, se têm ocupado a revelar as suas dimensões positivas. Passarei a comentar resumidamente a posição teoricista que segue: a psicanálise constituiu-se por acção de uma ruptura com uma tradição pré-existente, ruptura essa acompanhada de uma crítica de representações ideológicas, e bem assim da descoberta de objectos inéditos, postulados a partir de conceitos teóricos originais.

Sem querer entrar na questão, também ela difícil da cientificidade da psicologia, é entretanto espantoso anotar, talvez sobre a base de um exame superficial, até que ponto os objectos das psicologias tinham já sido como que delimitados e constituídos nas tradições pré-existentes. Se consultarmos as histórias clássicas da epistemologia, não podemos evitar a forte impressão que nos causa o facto de verificarmos que a psicologia ou melhor as psicologias nasceram da preocupação académica de fundar uma psicologia científica, mais do que da produção de conhecimentos inéditos, desbloqueando um impasse e abrindo um campo novo à problemática científica. Citaremos apenas dois exemplos entre os mais conhecidos. O objecto da psicologia da consciência de Wundt estava já formado na filosofia empirista associativista e também o objecto da psicologia do comportamento de Watson estava também certamente formado numa outra tradição, a tradição de um pensamento biológico que remonta provavelmente a Darwin através do funcionalismo de Dewey. Em lugar de construir um objecto novo ao mesmo tempo que eles teriam resolvido um desafio lançado ao conhecimento científico, os psicólogos tomavam por sua conta um objecto já construído, para sem mais preocupações promoverem um exame que as virtudes de uma metodologia abstractamente

transposta teriam de agora em diante tornado científico.

O nascimento da psicanálise na obra e na prática de Freud suscita um sentimento bem diferente. Freud não pretendeu fundar sobre uma base científica uma psicologia para a qual tivesse já um programa abstracto, mas enfrentar com sucesso o problema concreto sobre o qual vinha esbarrar aquela neurologia mecanicista na qual ele próprio tinha sido formado. Foi primeiramente para elucidar o problema da histeria, espécie de refugio inassimilável da neurologia da época, que Freud inventou uma teoria que em seguida, para demonstrar a sua fecundidade, viria a estender aos domínios da exploração empírica do sonho, dos actos falhados, do gracejo, das neuroses e perversões, e bem assim a domínios empíricos para os quais esta teoria não tinha sido inicialmente concebida. Ao fazer isto, quer dizer, ao produzir uma teoria da histeria, Freud estruturava um novo campo de experimentação no seio do qual tomavam sentido outros fenómenos empíricos antes negligenciados, mantidos à margem do interesse científico, mas, de um certo ponto de vista, já conhecidos e delimitados na experiência corrente dos homens. Acerca do sentido dos mesmos, porém, nem a medicina, nem a psicologia, nem a filosofia, nem muito menos o senso comum dos homens suspeitava a existência.

Para suscitar esta emergência de um novo campo de experimentação, Freud deveria ainda demarcar-se de algumas representações ideológicas. Permitir-me-ei, aqui, uma observação acerca do conceito de ideologia. A noção de ideologia é de uma utilização delicada pois o seu uso presta-se a excessos: funciona frequentemente como uma palavra mágica que, endereçada a um adversário, permite, com facilidade, invalidar a sua abordagem. Mas, no seu uso marxista estrito, que Althusser recentemente valorizou de maneira indiscutível, e com a necessária prudência, ela pode prestar alguns serviços na compreensão dos fenómenos. Eu não

me permitiria, portanto, sem uma argumentação suficientemente convincente, afirmar que a psicanálise é uma desmistificação massiva e global das ideologias biologista, psicologista ou outras. Com mais precisão poder-se-ia afirmar, sem temer andar longe da verdade, que Freud teve que romper com uma ou outra representação que muitos de nós não hesitaríamos em qualificar de ideológica. Eu penso, em particular, entre os exemplos menos contestáveis, naquela representação que Freud era obrigado a combater frontalmente ao pretender levar a sério e conduzir a bom termo as suas descobertas iniciais: a representação de uma sexualidade que se revela pela puberdade e se manifesta imediatamente como atracção genital irresistível em direcção a uma pessoa do outro sexo. Não é difícil demonstrar que essa representação é ideológica em sentido próprio, que ela prepara os homens e as mulheres a ocupar os lugares que uma determinada sociedade lhes atribui, sendo igualmente certo que em última instância estes lugares atribuídos aos homens e às mulheres podem eles mesmos estar relacionados com um certo estágio das relações de produção.

Mas a crítica das representações ideológicas é o inverso negativo de um processo positivo de invenção de conceitos teóricos originais. Nós conhecemos estes conceitos. Aquele que mais frequentemente é posto em evidência é o conceito de inconsciente, a ponto de alguns definirem a psicanálise como a ciência do inconsciente.

Os epistemólogos teoricistas estão em boas condições de se apropriarem deste último conceito. Para esclarecer a razão das possibilidades que lhes oferece este conceito de inconsciente, importa precisar, embora resumidamente, o conteúdo de um debate epistemológico já antigo, mas hoje em vias de uma possível redefinição. Desde os anos 1945-1950, tornou-se corrente distinguir duas categorias de conceitos no interior dos conceitos teóricos de uma ciência: uns, modestos, serviriam apenas para unificar ou

organizar os dados da observação, e não pretenderiam indicar uma situação real; quanto aos outros, mais poderosos, seriam acompanhados de hipóteses existenciais e postulariam verdadeiramente a existência de entidades, de processos ou de acontecimentos inobserváveis⁽¹⁹⁾. Vê-se imediatamente em que sentido o conceito de inconsciente poderia ser reivindicado por um teoricista para apoiar a superior cientificidade da psicanálise. De facto o inconsciente é certamente inobservável enquanto tal, mas por outro lado, mesmo sendo inobservável é também real — pelo menos foi isso que Freud sempre defendeu. Sendo assim, o termo «inconsciente», empregado no contexto do discurso psicanalítico, seria um conceito teórico forte, digno das ciências mais avançadas. Quaisquer que sejam as dificuldades que apresenta a tese da realidade do inconsciente — e a dificuldade maior é de certo modo ontológica, pois que estatuto de realidade atribuir a uma instância cuja materialidade, que não sendo neurofisiológica, é pelo menos difícil de conceber —, esta última tese permite apoiar uma cientificidade da psicanálise ao nível das mais altas ciências produtoras de conceitos teóricos fortes.

Creio ter minimamente evocado e ilustrado alguns argumentos que uma abordagem teoricista em princípio desenvolveria em apoio da cientificidade da psicanálise: instauração de um campo novo de experimentação irredutível ao que acontecia nas tradições pré-existentes, graças ao qual, objectos conhecidos mas não elucidados, relegados para a periferia das preocupações científicas, se encontram explicados com sucesso, o que constituiria uma ruptura com algumas representações ideológicas e um carácter eminente da produção conceptual.

(19) Acerca da distinção destas duas categorias de conceitos teóricos, cf. o artigo clássico de K. Mac Corquodale e P. E. Meehl, «Hypothetical constructs and intervening variables», em *Psychological Review*, 1948, 55, pp. 95-107.

3. *A terceira via*

Pela minha parte eu simpatizo bem com esta abordagem tanto mais quanto tenho o sentimento de que ela põe em evidência alguns aspectos reais da teoria psicanalítica. E entretanto eu creio que ela despreza uma dimensão essencial da psicanálise, que ela nunca evoca senão secundariamente como componente derivada ou subsidiária. Quero referir-me à actividade metódica instaurada pela psicanálise, que sem dúvida não é estranha às descobertas freudianas, e representa este aspecto fenomenotécnica da teoria psicanalítica, e que a consagra desde logo como científica, no sentido moderno do termo. Além disso eu creio que desprezando esta dimensão, a abordagem teoricista fracassa ao pôr o problema da história da psicanálise, do seu movimento, da sua ultrapassagem possível. A partir do momento, pois, em que a psicanálise se teria separado de uma pré-história ideológica e que teria desvendado no homem um domínio inexplorado do seu psiquismo, ela estaria instalada definitivamente numa verdade eterna, a partir de então. Positivamente eu sustentaria então que se a psicanálise merece o título de científica não é tanto porque ela teoriza com sucesso e poder, mas porque ela articula teoria e experimentação graças a uma situação instrumental mediadora, e tanto mais quanto este acento posto sobre a instrumentação psicanalítica torna concebíveis as possibilidades da sua falsifiabilidade ou da sua ultrapassagem. Nesta linha de ideias, vamos ocupar-nos de duas ordens de considerações. De uma parte, que dizer desta dimensão fenomenotécnica da psicanálise? De outra parte, que dizer da história da psicanálise?

a) *Psicanálise e fenomenotécnica* — Muitos epistemólogos têm afirmado que a psicanálise é uma ciência experimental, e que portanto participa no movimento da ciência em sentido moderno. A psicanálise é expe-

rimental, têm sustentado, porque todo o trabalho psicanalítico concreto se processa graças a uma situação que tem autenticamente o estatuto de uma situação experimental⁽²⁰⁾. De facto, a situação dita analítica, pelos seus dispositivos específicos, cria um certo número de condições não realizadas em estado natural, e que têm por finalidade certos factores e inversamente mobilizar outros factores, essencialmente as forças inconscientes. Numerosas objecções, umas insuficientes, outras pertinentes, têm sido feitas a esta tese. É a uma delas que eu gostaria de me referir mais demoradamente. Uma situação experimental é uma situação caracterizada por um isolamento de factores e que sacrificaria a riqueza das hipóteses à certeza da conclusão: os dados devem ser reduzidos a alguns elementos simples e controlados tão perfeitamente quanto possível. Ora os dados revelados pela situação analítica, mesmo se eles resultam da mobilização das forças inconscientes que esta situação favorece, são diversos, multifacetados, plurívocos, e exigem um acréscimo de análise, uma elucidação à luz de hipóteses que a situação analítica e o seu dispositivo não permitem controlar⁽²¹⁾. Pela comunicação ao analisando de uma interpretação que subentende uma hipótese teórica, o analista introduziria uma modificação regulada do campo analítico, e pela observação das reacções associativas do analisando, decidiria da validade da sua interpretação e da

(20) Muitos analistas anglo-saxónicos identificam a situação analítica a uma situação experimental; o mais explícito é talvez J. Arlow, em «*Psychoanalysis as scientific method*», em S. Hook, ed., *Psychoanalysis, scientific method and philosophy*, New York University Press, 1959, pp. 201-211.

(21) Acerca da interpretação como instrumento de validação experimental, consulte-se, por exemplo, E. Kris, «*The nature of psychoanalytic propositions and their validation (1947)*», em M. H. Marx ed., *Psychological Theory*, New York and London, The Mac Millan Company, 1951, pp. 332-349.

hipótese teórica subjacente. Na realidade o contra-argumento é infeliz. De facto o que é que as reacções do analisando permitem verificar na interpretação? Não é sobretudo a validade de uma hipótese teórica, mas quando muito a justeza da aplicação de uma hipótese não questionada ela própria enquanto tal, a uma situação particular: a interpretação não é certamente o instrumento de uma validação experimental de hipóteses gerais.

Parece-me que uma discussão mais aprofundada destes argumentos e contra-argumentos deveria conduzir-nos a duas conclusões: primeiro a situação analítica não é instaurada com vista a confirmar ou a infirmar uma ou várias hipóteses científicas, e depois esta mesma situação é uma situação única e exemplar, e neste sentido a psicanálise é muito diferente daquilo que os metodólogos chamam uma ciência experimental, a saber, uma ciência que institui, com um objectivo de validação, tantas situações experimentais quantas as hipóteses empiricamente formuláveis que a teoria comporta. Quer isto dizer que a situação analítica não tem uma significação particular? Eu não iria até aí, longe disso. É de facto verdade que a situação analítica funciona, na prática psicanalítica, como uma situação mediadora que estrutura os dados empíricos e os prepara assim para uma interpretação guiada segundo uma teoria de referência já constituída. Eu não ignoro que esta confissão equivale, para o empirista, à condenação à morte da psicanálise como ciência. Isto porque o empirista crê na possibilidade e na necessidade de uma observação neutra, não investida de teoria. Mas para quem não partilha as posições empiristas, as coisas apresentam-se de outra maneira. Em minha opinião, a situação analítica é parte integrante de um paradigma científico no sentido de Kuhn em si mesma e até talvez o constituinte essencial. Além do mais um exame da psicologia nas suas formulações mais avançadas permitir-nos-ia sem dúvida

descobrir situações exemplares da mesma ordem, não orientadas como tais para a falsifiabilidade ou corroboração das hipóteses centrais de uma teoria, mas mediadoras entre os factos que elas constituem e a teoria de base que elas são chamadas a confirmar sempre de novo, e mais ainda, a enriquecer e a aperfeiçoar. Refiro-me em particular àquilo que se chama a «Caixa de Skinner», espécie de situação modelo, ordenando os factos do comportamento segundo os princípios da teoria do condicionamento operante, abrindo este a um refinamento, a um reordenamento, mas não a um pôr em cheque intencional. Mas, desde que o psicanalista, como psicólogo, faz surgir os factos, por via de uma situação modelo, à luz de uma teoria constituída, se ele não interroga esses mesmos factos com vista a uma falsifiabilidade da teoria, nesse caso a psicanálise não estará segura de uma estabilidade eterna, tornada possível pelos *à priori* paralisantes dos psicanalistas? É sobre este ponto que as considerações sobre a história da psicanálise encontram pleno cabimento.

b) *A história e a ultrapassagem da psicanálise* — Após os balbucios freudianos originais que estruturavam progressiva e reciprocamente uma teoria do psiquismo e um método com vista à sua abordagem e transformação, a psicanálise constituiu-se em paradigma em torno de alguns conceitos e princípios teóricos maiores, em torno igualmente de uma situação-modelo de entrada em funcionamento metódico e eventualmente transformador do psiquismo. Esta constituição da psicanálise em paradigma era correlativa da elucidação de numerosos fenómenos empíricos até então inexplicados, e da possibilidade que oferecia de agir eficazmente sobre traumas diante dos quais a medicina e a psicologia da época eram impotentes. Como apreciar a evolução da psicanálise? Transformações maiores no seio da psicanálise, não as houve certamente. Pode-se, por outro lado afirmar que as gran-

des descobertas efectuadas depois de Freud, renovaram profundamente o edifício teórico ao mesmo tempo que trouxeram a elucidação de novos campos de fenómenos empíricos. A fórmula, tomada de Kuhn, segundo a qual a psicanálise teria resolvido problemas não parece inteiramente adequada, embora alguns capítulos da sua teoria devam sofrer alterações e refinamentos vários, mesmo se o edifício não necessita de remodelação de maior.

Alguns epistemólogos não deixaram de tirar pretexto da relativa estagnação da psicanálise para defenderem a tese de uma irredutibilidade da psicanálise a toda a cientificidade.

A ciência é cumulativa e impessoal, sustentavam. Ora a psicanálise não acumula os conhecimentos, mas chama cada um dos seus aderentes a reffectuar o percurso exemplar tomado por Freud, e apropriar-se assim da teoria e do método elevados à forma definitiva pelo seu genial criador⁽²²⁾. Esta objecção não é decisiva se admitirmos que segundo Kuhn uma ciência se constitui, e por um longo período, em torno de conceitos, de situações exemplares que ela não põe em questão, mas de que ela se arma para interrogar o real. Mas, assumindo as hipóteses de Kuhn nós somos igualmente forçados a admitir a possibilidade de uma transformação da psicanálise.

O que é que então na psicanálise, fundamentaria ou prepararia a via de uma transformação? Para responder de uma maneira geral a esta questão diria que: a instrumentação é a chave da transformação dos paradigmas. Se me permitem, eu diria, usando uma metáfora psicanalítica, que o recalco de uma ciência demasiado tempo contido pelas restrições abusivas mas operacionais

⁽²²⁾ Este argumento é desenvolvido, nomeadamente, por C. Castoriadis, em «Epilegómenos a uma teoria da alma que pôde ser apresentada como ciência», em *L'Inconscient*, P. U. F., 1969, n.º 8, pp. 47-48.

de um método acaba por irromper na situação para aí baralhar os resultados. As anomalias deveriam nesse caso aparecer no seio da situação analítica, como sendo aquilo que esta última e a sua teoria não conseguem já assimilar e integrar, ou como aquilo que impede inevitavelmente as previsões. Limitar-me-ei aqui a uma hipótese. Os factos que fazem estremecer a psicanálise e a chamam à transformação seriam assim os factos insistentes que contrariam os poderes de um método servido por uma teoria geral fundada sobre a eficácia, pelo menos tratando-se de algumas categorias de distúrbios mentais⁽²³⁾. As dificuldades inegáveis de uma psicoterapia que promete uma transformação graças à entrada em situação analítica, seriam reveladoras de uma crise da psicanálise. E mesmo que se argumentasse que as formas de patologia mental se têm transformado desde o fim do século XIX com a evolução social, ainda então se confirmaria a tese daqueles que sustentam que o social é precisamente o recalco da psicanálise⁽²⁴⁾, e que hoje reaparece e exige novas formas de acção bem como novas teorias, as quais teriam encontrado nos ensaios freudo-marxistas os primeiros balbuçamentos⁽²⁵⁾.

Mas, para onde nos conduz a crise, se é que, evidentemente, há crise? Bem entendido, nós não o podemos saber ainda, de contrário a crise estaria resolvida. Caminhamos, por exemplo, para um qualquer paradigma socio-psicanalítico, que de alguma maneira reassumiria certos elementos da

⁽²³⁾ P. Aulagnir é, tanto quanto sabemos, o analista que mais atenção tem prestado recentemente a estes fenómenos «contrariantes», sobretudo em: «Um problema actual: as construções psicanalíticas», em *Topique*, P. U. F., 3, pp. 61-96.

⁽²⁴⁾ É a tese que R. Castel defende brilhantemente na sua obra recente *Le Psychanalysme*, Maspero, 1973.

⁽²⁵⁾ Referimo-nos em particular a *O Anti-Édipo*, de G. Deleuze e F. Guattari, Éditions de Minuit, 1972.

antiga psicanálise, mas que os refundiria num edifício teórico inteiramente reconstruído? A questão deve continuar aberta.

CONCLUSÕES

No termo desta exposição, importa recordar qual era o meu projecto: desenvolver exaustivamente uma certa via de abordagem da psicanálise, a via epistemológica, que interroga a psicanálise quanto à sua cientificidade. No interior da epistemologia fiz ainda uma opção, aquela que acentua na ciência o aspecto fenomenotécnico, e que permitiria, talvez, conceber da melhor forma o movimento interno da ciência. À luz desta opção, defendi, pelo menos a título de opinião plausível, a cientificidade da psicanálise.

Eu não espero ter convencido inteiramente. Primeiro porque o meu propósito tem todas as incertezas de uma tese filosófica, oferecendo-se, no melhor dos casos, como uma hipótese de trabalho, cuja elaboração deveria ser prosseguida, e depois a epistemologia empirista continua e continuará a exercer um forte domínio sobre os espíritos. Mas há ainda um limite mais grave a pesar sobre o meu trabalho e que de resto assumi deliberadamente. Podemos dizer, porventura, que a abordagem epistemológica abarca verdadeiramente a psicanálise, e a originalidade do saber que ela institui? Não será, então, empobrecer, ou até trair, a psicanálise, querer fechá-la numa cientificidade decalcada sobre o processo de nascença e desenvolvimento das ciências naturais? Talvez sim. Mas precisar aquilo que na psicanálise ultrapassa e talvez mesmo inquieta a cientificidade seria o objecto de um outro trabalho, ao qual o trabalho hoje apresentado poderia servir de preâmbulo. De facto, não devemos atribuir a algo para além da cientificidade aquilo que pode ainda legitimamente aí tomar lugar.

assine

ANÁLISE PSICOLÓGICA

Envie-nos o seu pedido de assinatura, acompanhado de um cheque ou vale de correio (600\$00 — normal, 700\$00 — instituições) emitido em nome do

**INSTITUTO SUPERIOR
DE PSICOLOGIA APLICADA**

Av. Marquês de Tomar, 33-4.º-Esq.
— Lisboa

Envie-nos as suas sugestões e críticas. Participe na produção desta Revista.